



INTERFACE RURAL-URBANA NO TERRITÓRIO: Cenários possíveis a partir de perspectivas de agentes e categorias territoriais

Autores:

Letícia Thurmann Prudente - UFRGS - lelearnq@hotmail.com

Resumo:

O objetivo do artigo é apresentar uma proposta metodológica desenvolvida que buscou o reconhecimento e a análise da interface rural-urbana como uma categoria territorial intermediária entre as questões dicotômicas de rural e urbano no território contemporâneo. A proposta é contrapor a ideia hegemônica de priorizar as questões urbanas como positivas e inevitáveis no território, compreendendo as múltiplas facetas do território. Apresenta-se os métodos desenvolvidos com base em abordagens interdisciplinar, sócio-espacial e interescalar, voltados a descrição das perspectivas de agentes-chave (comunidade de assentados e gestores públicos), a criação de categorias territoriais da interface rural-urbana e a construção cenários possíveis, destacando a aplicação dos mesmos em três cenários mais representativos. Espera-se contribuir com novas abordagens entre o territorial e o rural, voltadas a processos mais participativos e democráticos de planejamento territorial.

INTERFACE RURAL-URBANA NO TERRITÓRIO

Cenários possíveis a partir de perspectivas de agentes e de categorias territoriais

O objetivo do artigo é apresentar uma proposta metodológica desenvolvida que buscou o reconhecimento e a análise da interface rural-urbana como uma categoria territorial intermediária entre as questões dicotômicas de rural e urbano no território contemporâneo. Esta metodologia foi o resultado da tese de doutorado intitulada “Interface Rural-Urbana: contribuições para o planejamento territorial no Brasil - caso do Assentamento Rural Marapicu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, desenvolvida entre 2013 e 2017, no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A proposta é contrapor a ideia hegemônica de priorizar as questões urbanas como positivas e inevitáveis no território, dentro de um planejamento territorial que lida apenas com o antagonismo entre rural e urbano, compreendendo e reconhecendo as múltiplas facetas do território.

Os procedimentos metodológicos priorizaram métodos voltados às abordagens interdisciplinar, sócio-espacial e interescalar, visando a possibilidade de aplicação em processos mais participativos e democráticos de planejamento territorial que incluam diferentes atores sociais da cidade e também do campo. Será apresentado a metodologia desenvolvida, dentro das etapas gerais da pesquisa de tese, com destaque aos métodos que sistematizaram as perspectivas dos agentes-chave (comunidade de assentados e gestores públicos) sobre o território do estudo de caso, criaram categorias territoriais de análise da interface rural-urbana e principalmente construíram cenários possíveis sobre os distintos focos de entendimento em relação às questões de rural e/ou urbano na realidade sócio-espacial analisada. Destaca-se a aplicação desses métodos através da descrição de três cenários mais representativos da interface rural-urbana no estudo de caso.

METODOLOGIA DESENVOLVIDA

A metodologia foi desenvolvida ao longo das três etapas gerais da pesquisa da tese, que também estruturaram os seus três capítulos: I) Fundamentação Teórica; II) Estudo de Caso e III) Análise de Dados. A primeira etapa foi fundamental para a definição do conceito de interface rural-urbana a ser aplicado na pesquisa e a segunda para a definição dos métodos e suas aplicações. A última etapa, a ser descrita de forma geral nesse artigo, foi chave para a sistematização e análise dos dados levantados como um exercício metodológico de análise da interface rural-urbana no território. A figura 1 mostra as interligações entre essas etapas gerais e suas respectivas fases.

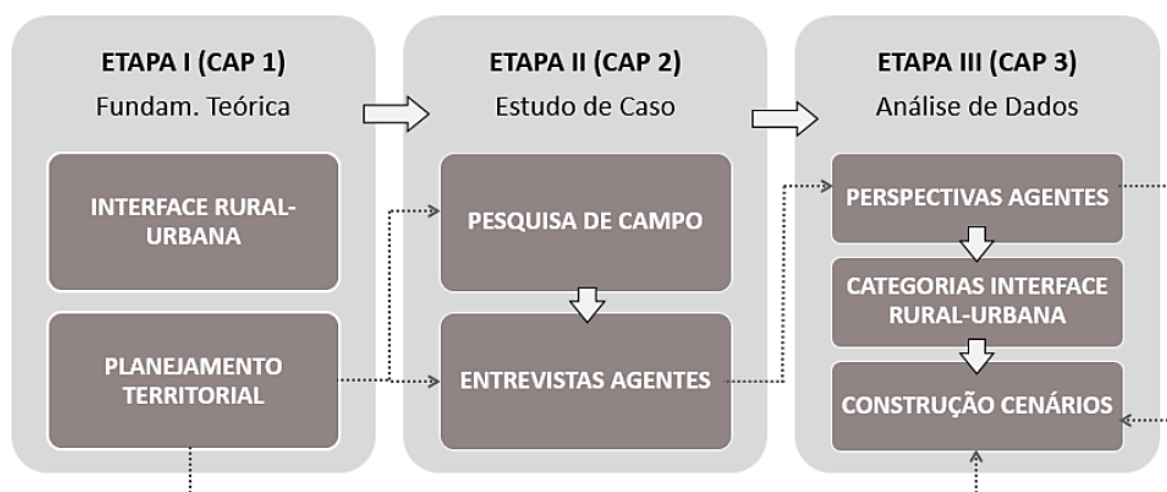


Figura 1 – Etapas gerais de pesquisa¹.

A primeira etapa teve como base uma pesquisa bibliográfica focada nos temas e discussões sobre a interface rural-urbana e o planejamento territorial no Brasil, buscando incluir os atores sociais do campo como os novos agentes atuantes no território em diferentes escalas. A definição do conceito de interface rural-urbana foi relacionada diretamente ao conceito de território como espaço apropriado por agentes que disputam e produzem espaços na cidade e no campo (HARVEY, 2005; LEFEBVRE, 1999). Conceitos existentes e correlatos à definição de interface rural-urbana no território foram abordados, bem como sua possível aplicação no planejamento territorial no Brasil, tais como periurbano, borda urbana, franja rural-urbana, coroas periurbanas e áreas de transição rural-urbana (PRYOR, 1969; BRYANT et al., 1982; RANDOLPH, 2005; MIRANDA, 2008). A fim de abranger a multiplicidade do território e os atributos relacionados às distintas perspectivas dos agentes, visando extrapolar a dicotomia rural-urbana e os casos restritos às áreas periféricas das cidades, também se buscou como referência os estudos sobre as tipologias de fronteiras entre rural e urbano no território de municípios transfronteiriços no Brasil (CATAIA, 2010). De acordo com as distintas perspectivas dos agentes exploradas em cenários possíveis, o conceito de interface rural-urbana ficou definida como:

“Um conjunto de elementos territoriais, possível de ser identificado como uma unidade territorial, a qual apresenta características plurifuncionais e múltiplas, coexistentes entre as heterogeneidades rurais e urbanas em um mesmo espaço apropriado, tanto em área urbana quanto em área rural ou periurbana.” (PRUDENTE, 2017, p.56).

Na segunda etapa, esse conceito e a contextualização sobre o planejamento territorial, sobretudo na escala metropolitana, orientaram a seleção do estudo de caso e a forma como se poderia levantar os dados de campo de forma a considerar as múltiplas escalas e categorias do território, assim como as heterogeneidades rurais e urbanas no território, a partir das distintas perspectivas de agentes-chave selecionados, no caso a comunidade de assentados e

¹ Todas as figuras do artigo correspondem à referência Prudente (2017).

os gestores públicos que trabalhavam com o planejamento territorial das escalas municipal e metropolitana Foi selecionado como estudo de caso um dos mais antigos assentamentos rurais da Reforma Agrária do estado do Rio de Janeiro, o Assentamento Marapicu, existente desde 1985 e situado na borda urbana metropolitana, no município de Nova Iguaçu. Além disso, este município se caracteriza por diversos conflitos sócio-espaciais ao longo do processo de ocupação do território, como o fato de ter retirado totalmente a área rural de seu plano diretor em 1997, assim como a maioria dos municípios metropolitanos no Brasil. Porém, em 2008², na última revisão do plano diretor esta situação se reverteu, graças à participação da população rural, principalmente da comunidade do assentamento citado, pois não conseguiam regularizar a área por ser urbana. A pesquisa de campo, de cunho etnográfico, durante dois anos, destacou esta situação através de uma caracterização do contexto sócio-espacial e histórico do território em diferentes escalas de planejamento. Para tanto, foram aplicadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas com agentes selecionados, associadas a cartografias para a montagem de recortes territoriais e imagens fotográficas.

Na terceira e última etapa, foram sistematizados os dados levantados em campo, associando-os às discussões teóricas desenvolvidas na primeira etapa, a fim de caracterizar a interface rural-urbana no território do Assentamento Marapicu em diferentes escalas territoriais. As três fases dessa etapa correspondem aos três métodos desenvolvidos e aplicados: 1) Perspectivas dos agentes; 2) Categorias territoriais e 3) Construção dos cenários. Conforme mostra a figura 1, estas fases são subsequentes, pois a primeira serviu como referência para a segunda e ambas formaram a base de representação para a terceira. Será descrito como foram desenvolvidos estes métodos de forma geral, com ênfase à Construção dos cenários.

1 PERSPECTIVAS DOS AGENTES

As perspectivas dos agentes foram descritas na pesquisa de tese a partir de dois grupos de agentes-chave: (i) COMUNIDADE, mais voltada às questões rurais: relativo ao grupo de famílias assentadas de Marapicu, sobretudo as pessoas envolvidas com as relações exteriores ao grupo, relativas às políticas públicas urbanas em prol do reconhecimento das áreas rurais do Município; e (ii) GESTORES PÚBLICOS, mais voltados às questões urbanas: relativo às pessoas que trabalhavam diretamente com o planejamento territorial na escalas municipal e metropolitana. Estes foram considerados os grupos que melhor explicitavam os conflitos e as tensões entre as áreas estabelecidas no Município como rurais e/ou urbanas, selecionados dentro da rede de agentes que atuavam no território do Assentamento Marapicu.

Para ambos os grupos foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, com questões relativas ao entendimento de fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças do Assentamento, de acordo com o método de análise FOFA (Fortaleza, Oportunidade, Fraqueza e Ameaça) ou *SWOT* (*Strength, Weakness, Opportunity e Threat*)³. Este método é normalmente utilizado tanto por gestores públicos quanto pelos movimentos sociais no Brasil.

² O atual Plano Diretor (Lei nº 4.092/2011) reinseriu grande parte da área rural que havia sido retirada na revisão do plano de 1997 (NOVA IGUAÇU, 1997; 2011).

³ A criação teórica do método está atribuída a Albert Humphrey, um consultor de gestão em negócios dos EUA que trabalhava no Instituto de Pesquisa de Stanford na década de 1960.

Com base em trabalhos de Reyes (2015), o método FOFA foi associado ao processo de construção dos cenários, como instrumentos aplicados na área de Planejamento Urbano e Regional, diferentemente de como é aplicado no Planejamento Estratégico⁴. Para tanto, as respostas foram organizadas por meio de um gráfico de cruzamentos de dois eixos com polaridades antagônicas. O primeiro eixo associava os aspectos internos (Fraquezas e Fortalezas) ou externos (Ameaças e Oportunidades) apontados pelos agentes, enquanto o segundo eixo associava os pontos negativos (Fraquezas e Ameaças) e positivos (Fortalezas e Oportunidades). A figura 2 mostra a montagem desse gráfico.

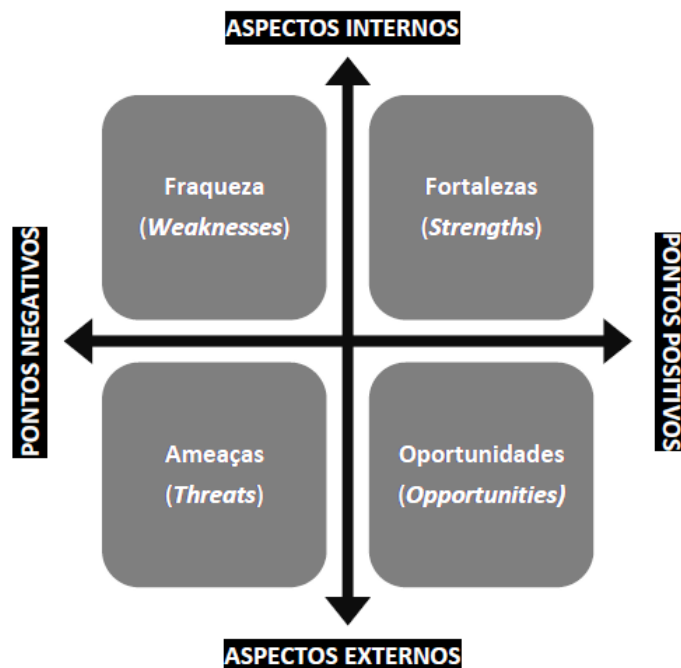


Figura 2 - Gráfico FOFA.

As Fortalezas simbolizavam os aspectos internos e positivos internos associados ao lugar, os quais garantem certa identidade a ser mantida e reforçada, enquanto as Fraquezas, por outro lado, simbolizavam os aspectos internos e negativos, associados às características que desqualificavam o lugar. As Oportunidades e as Ameaças simbolizavam os impactos positivos e negativos, respectivamente, relacionados aos aspectos externos relevantes, os quais caracterizavam questões macro e que não estavam presentes diretamente no local, mas que poderiam ter um impacto direto em uma tomada de decisão. De acordo com Reyes (2015), estas classificações não são rígidas, pois podem ser reposicionados ou modificados, de acordo com diferentes pontos de vista ou situações ao longo do tempo. Tais pontos de vistas foram associados às perspectivas dos agentes nesta pesquisa.

A sistematização das questões apontadas nas entrevistas ocorreu através da associação de algumas palavras representativas das questões mais relevantes, denominadas palavras-chave. Estas palavras objetivaram a simplificação do conjunto de informações, sem perder a ideia de distinguir e analisar quais foram as forças conflitivas, as contradições, os

⁴ No Planejamento Estratégico, assim como Design, normalmente os cenários funcionam como um fim, mais voltados a um pensamento direcionado ao futuro desejado ou à meta esperada,

antagonismos e as complementaridades apontadas. A palavra-chave Título, por exemplo, correspondia ao título de posse da terra na área do Assentamento, que foi a questão mais destacada por ambos os agentes-chave, tanto como ponto positivo quanto negativo. Como positivo, o título representava uma fortaleza que o Assentamento tinha em relação aos direitos de permanência na área e, como negativo, o mesmo representava uma fraqueza, pois havia um risco de perda do mesmo porque o título era dado por tempo indeterminado, no caso dos assentados não cumprissem com o dever de produzir na terra e/ou vendesse o lote.

Por fim, foi realizada estrategicamente uma nova redução nas palavras-chave, reunindo os aspectos mais relevantes que direcionavam a possibilidades de sua representação no espaço geográfico, enquanto elementos físicos relacionados à interface rural-urbana no território de análise. Esta nova redução formou um conjunto de palavras denominadas de palavras-sínteses. O Título foi uma dessas palavras, por poder ser representado através de um limite físico estabelecido entre o que era rural e urbano no espaço. Dessa forma, as palavras-sínteses formaram a base para a criação das categorias territoriais.

2 CATEGORIAS TERRITORIAIS DA INTERFACE RURAL-URBANA

As categorias territoriais foram criadas como a possibilidade de expressar fisicamente as questões apontadas pelos agentes no território, por meio da territorialização das palavras-sínteses relacionadas a diferentes elementos territoriais e atributos, de acordo com a interpretação das perspectivas dos agentes-chave sobre a interface rural-urbana no território. Para a representação dessas categorias territoriais, foram utilizados diagramas conceituais com as informações sobre as cartografias de análise da interface rural-urbana de Marapicu apresentadas na pesquisa, por meio de croquis temáticos desenvolvidos ao longo do levantamento de dados. Estes diagramas consistiram na representação visual, simples e sintética dos elementos territoriais nas escalas de análise, permitindo uma compreensão ampla e interconectada entre as diferentes categorias territoriais criadas. Esta necessidade foi construída ao longo da pesquisa, que tinha como premissa o uso da representação gráfica do espaço geográfico da interface rural-urbana.

Em um primeiro momento, houve a intenção de buscar delimitar fisicamente as áreas rurais e urbanas em escalas de análise, segundo os planos diretores municipal e metropolitano, destacando a área e o entorno do Assentamento como um elemento territorial de interface rural-urbana. Porém, essa intenção limitava-se a compreender a interface rural-urbana apenas como uma delimitação linear no espaço geográfico. O desafio foi ir além da forma linear, visando ampliar a caracterização da interface rural-urbana através de diferentes elementos territoriais que poderiam representar os limites pré-estabelecidos e também estar situados tanto internamente em áreas rurais quanto urbanas, incluindo ainda a questão da coexistência de mais de um elemento em um mesmo espaço.

Conforme as palavras-sínteses da perspectiva de um ou outro agente, associadas a diferentes formas físicas que destacavam as relações e as interações entre rural e urbano no território, situadas em área rural e/ou área urbana, foram definidos três tipos de elementos territoriais associados a três formas físicas básicas de representação gráfica:

1. LINHA: forma linear, com diferentes espessuras, como os limites pré-estabelecidos entre as áreas rurais e urbanas, e elementos lineares que cruzam as áreas. Ex.: macroestruturas urbanas de redes de energia elétrica e as vias de circulação de veículos;
2. ÁREA: forma bidimensional. Ex.: área do Assentamento;
3. PONTO: forma pontual. Ex.: pontos de venda da produção agrícola situados na área urbana (feiras urbanas).

Considerando as questões apontadas pelos agentes, estes elementos territoriais foram caracterizados em relação a distintas propriedades que um mesmo elemento poderia ter. Estas propriedades foram sistematizadas em quatro tipos de atributos, denominados de:

1. TRANSFORMAÇÃO: modificação pré-determinada entre os elementos, que poderia ser prevista ou estar em andamento, sendo regular ou irregular. Ex.: perímetro urbano ampliado que indicava uma modificação na relação entre uma área rural e uma área urbana preestabelecida, ou um ponto previsto para ser um novo empreendimento habitacional marca uma transformação em um dado local;
2. CONEXÃO: continuidade (*continuum*) existente no espaço, que remete a sequência, prosseguimento, troca, interação, ligação, âncora, porosidade, coexistência, concomitância, transição, ultrapassagem, transposição, capilaridade e escoamento. Ex.: divisão entre dois bairros considerados rural e urbano, que indicava uma linha de conexão entre duas áreas diferentes entre si, podendo ser, inclusive, faixas com coexistência de ambos;
3. NEGAÇÃO: existência que não é reconhecida, formalmente ou informalmente, possuindo propriedade de invisibilidade, obscuridade, invalidação ou exclusão, promovendo uma presença da ausência⁵. Ex.: área rural retirada do Plano Diretor, que existia de fato, mas não era reconhecida legalmente; e
4. BARREIRA: elementos com propriedades de obstáculo, estorvo, entrave, percalço, obstrução, ruptura, quebra, rompimento, anulação, extinção, cancelamento, revogação, isolamento, fechamento, inacessibilidade e impedimento. Ex.: circuito de tráfego que estabelecia um limite restrito para a circulação de pessoas ou uma área de preservação restringe o uso do espaço para produção agrícola ou construções.

A fim de ampliar a aplicação do conceito e o leque de possibilidades de associações da interface rural-urbana no território analisado, foram criadas as categorias territoriais através do cruzamento dos três tipos de elementos territoriais e dos quatro tipos de atributos, formaram doze tipos de categorias territoriais. A tabela 1 mostra estes cruzamentos e a formação dessas categorias.

⁵ Presença da ausência significa uma presença excluída, uma negação da existência, uma exclusão.

Tabela 1 - Categorias territoriais de análise da interface rural-urbana⁶.

CATEGORIAS TERRITORIAIS		ELEMENTO TERRITORIAL		
		Linha (L)	Área (A)	Ponto (P)
ATRIBUTO	1 Transformação (T)	Linha de Transformação (LT)	Área de Transformação (AT)	Ponto de Transformação (PT)
	2 Conexão (C)	Linha de Conexão (LC)	Área de Conexão (AC)	Ponto de Conexão (PC)
	3 Negação (N)	Linha de Negação (LN)	Área de Negação (NA)	Ponto de Negação (PN)
	4 Barreira (B)	Linha de Barreira (LB)	Área de Barreira (AB)	Ponto de Barreira (PB)

Conforme mostra a tabela 1, para cada tipo de elemento territorial foi possível associar quatro atributos. O elemento Linha (L), por exemplo, pode ter o atributo de: (i) Transformação, caracterizando o tipo Linha de Transformação (LT); (ii) Conexão (LC); Negação (LN); ou Barreira (LB). Um rio (elemento Linha), por exemplo, foi apontado como um elemento de conexão e também de barreira. Como conexão, um rio foi associado a uma forma de comunicação entre diferentes áreas que estão interconectadas a partir de suas águas, como o caso das áreas rurais e urbanas que pertencem a uma mesma bacia hidrográfica. Como uma barreira, o mesmo rio foi associado ao limite físico entre duas áreas: um bairro rural e um bairro urbano.

A criação das categorias territoriais mostrou a diversidade de representações físicas da interface rural-urbana existente em um mesmo território, tornando-se um dos instrumentos de representação das perspectivas dos agentes na descrição dos cenários.

3 CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS

A construção de cenários foi desenvolvida, assim como as perspectivas, a partir da associação do método FOFA, a fim de ampliar a compreensão sobre a interface rural-urbana no território do estudo de caso e as relações entre rural e urbano existentes no território. Estas relações nem sempre ficavam explícitas somente por meio dos procedimentos anteriores, gerando a necessidade de uma maior exploração de possibilidades de leitura da realidade sócio-espacial. Foram construídos cenários que tinham como finalidade o exercício de pensar em múltiplas formas possíveis para lidar com as incertezas do ambiente futuro, diferente das questões relacionadas à previsibilidade, como são normalmente ocorre no Planejamento Estratégico. Para tanto, foram construídos dez cenários possíveis diferentes, de caráter rural, urbano e rural-urbano, dentre os quais são descritos e analisados os mais representativos.

Por meio de diferentes cenários possíveis, Reyes (2015) propõe apresentar alternativas das expressões dos diferentes olhares, perspectivas, interesses e desejos existentes para uma

⁶ Todas as tabelas correspondem à referência Prudente (2017).

mesma realidade social, com o objetivo de utilizá-los como um meio, voltando-se mais aos efeitos do próprio método do que às noções de antecipação do futuro que dele provém. Os cenários buscaram ampliar as perspectivas dos agentes em relação à realidade atual e prevista para o território do Assentamento, a fim de apontar tensões e conflitos existentes, bem como visualizar diferentes olhares em disputa sobre o presente e não um futuro idealizado e a ser conquistado. O foco não foi procurar evidências do que irá ou deverá acontecer, mas operar através de um conjunto de cenários que destacaram as diferenças, expondo dissensos e produzindo um olhar crítico e reflexivo sobre o universo empírico analisado. Por outro lado, a construção de cenários também possibilitou a desconstrução de um aparente e, por vezes, suposto consenso presente. Segundo o autor, quando há apenas um cenário futuro previsto como meta a ser alcançada, normalmente foram poucas as vozes ouvidas para a sua construção. A noção de cenário, portanto, visou enfrentar as situações complexas existentes no território, sobre as quais não existe clareza para visualizações futuras, funcionando mais como meio para explicitar as tensões e conflitos dos diferentes agentes envolvidos.

A partir da perspectiva dos agentes-chaves, a construção dos cenários serviu para descrever um mesmo território sobre o que vem a ser rural e/ou urbano. Por um lado, a comunidade buscou construir um cenário em que o território tivesse um caráter mais rural, enquanto os gestores públicos tenderam a construir um cenário de caráter mais urbano. Mas ambos destacaram aspectos de rural e urbano no território. Por isso, a construção dos cenários iniciou com quatro cenários, através da montagem de um novo gráfico de polaridades entre dois eixos considerados antagônicos: um que contrapôs as questões entre Rural e Urbano e outro entre as perspectivas entre ambos os agentes, conforme a figura 3.

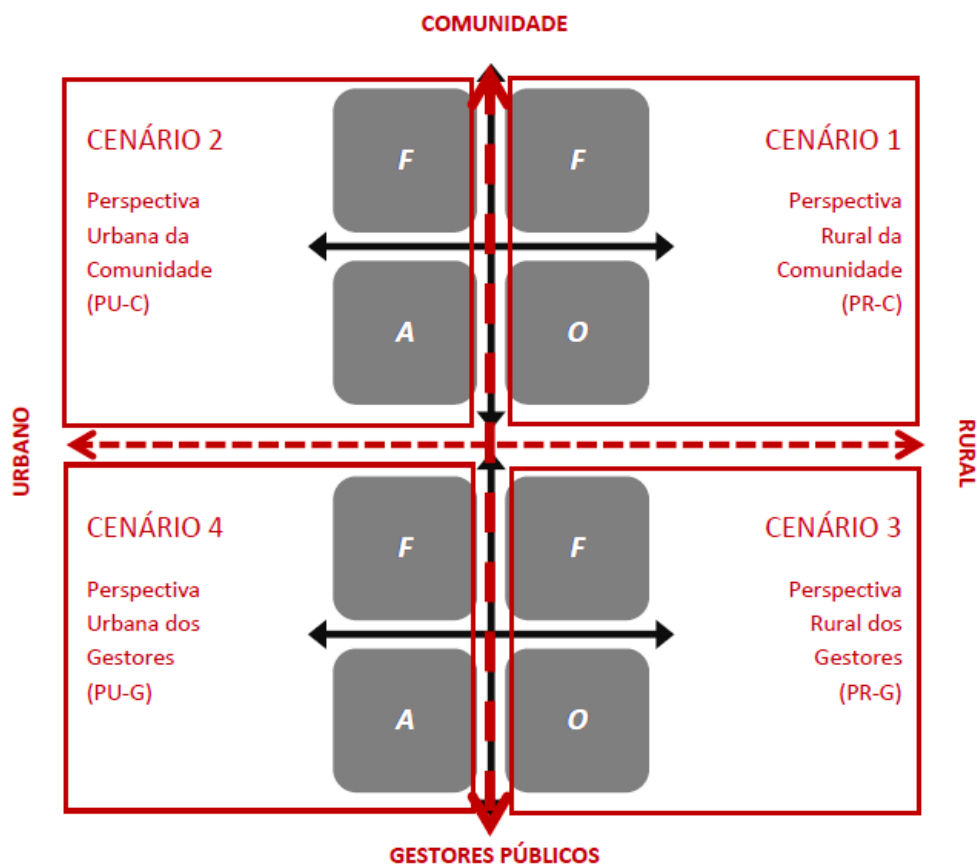


Figura 3 - Gráfico de polaridades dos cenários iniciais.

De acordo com a figura 3, os quatro cenários foram denominados: 1) Perspectiva Rural da Comunidade (PR-C); 2) Perspectiva Urbana da Comunidade (PU-C), 3) Perspectiva Rural dos Gestores (PR-G); e 4) Perspectiva Urbana dos Gestores (PU-G). Os cenários 1 e 3 associam os pontos positivos (Fortalezas e Oportunidades) apontados por ambos os agentes, em relação à permanência da área do Assentamento como área rural, caracterizando-se como cenários de caráter mais rural. Os cenários 2 e 4, em contraposição, associaram os pontos negativos (Fraquezas e Ameaças), caracterizando-se como cenários de caráter mais urbano. Esses cenários serviram para explicitar as diferenças e semelhanças entre as perspectivas de ambos os agentes, possibilitando a compreensão entre as forças que configuram e movimentam a disputa entre ambos os eixos de polaridades. Tais cenários descreveram as relações dicotômicas entre rural e urbano.

Após a construção desses quatro cenários iniciais, foram construídos outros seis cenários que contrapuseram novamente as questões antagônicas entre rural e urbano, porém ampliando a explorações de novas relações. Tais cenários foram construídos através de outro gráfico de polaridades que contrapôs os quatro cenários iniciais, conforme mostra a figura 4.

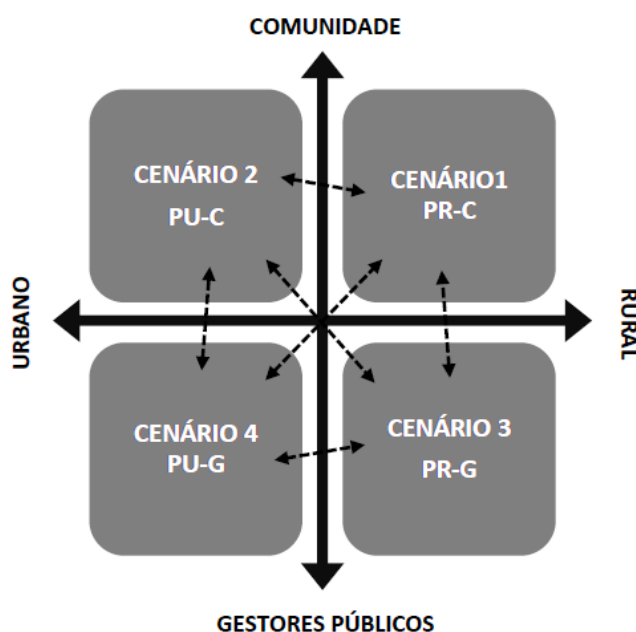


Figura 4 - Gráfico de Polaridades entre os cenários iniciais.

Os seis novos cenários construídos (cenários de 5 a 10) possibilitaram relacionar perspectivas rurais e urbanas antagônicas dos agentes, divididos em dois grupos. Um grupo apresenta as perspectivas rurais ou urbanas, assim como os quatro cenários iniciais, de ambos os agentes: Cenário 5 (PR-C + PR-G), relacionado apenas às perspectivas rurais; e Cenário 6 (PU-C + PU-G), relacionados apenas às perspectivas urbanas de ambos os agentes. O segundo grupo apresenta as perspectivas rurais e urbanas de cada agente ou de ambos: Cenários 7 (PR-C + PU-C) e 8 (PR-G + PU-G), relacionados às perspectivas rurais e urbanas da comunidade ou dos gestores; e Cenários 9 (PR-C + PU-G) e 10 (PU-C + PR-G), relacionados às perspectivas rural e urbana de ambos os agentes. A tabela 2 apresenta a matriz de cruzamento dos quatro cenários iniciais e a criação dos seis novos cenários de forma sintética.

Tabela 2 - Matriz de cruzamento dos cenários.

CENÁRIO	1 (PR-C)	2 (PU-C)	3 (PR-G)	4 (PU-G)
1 (PR-C)		Cenário 7	Cenário 5	Cenário 9
2 (PU-C)	Cenário 7 (PR-C + PU-C)		Cenário 10	Cenário 6
3 (PR-G)	Cenário 5 (PR-C + PR-G)	Cenário 10 (PU-C + PR-G)		Cenário 8
4 (PU-G)	Cenário 9 (PR-C + PU-G)	Cenário 6 (PU-C + PU-G)	Cenário 8 (PR-G + PU-G)	

Os seis novos cenários ampliaram os diferentes níveis de interação e os caminhos para outros apontamentos sobre uma interface rural-urbana no território. A leitura de um dos cenários iniciais isoladamente teria pouco valor em si, o que gerou a necessidade de explorar essas novas correlações, tensionamentos e complementações possíveis. A construção dos dez cenários consistiu tanto no reconhecimento individual de cada um dos quatro cenários iniciais quanto em suas correlações possíveis. Todos foram considerados importantes, no sentido de contribuir para organizar possíveis caminhos relativos ao território de análise e para direcionar possíveis ações futuras.

Dentre os dez cenários, para a descrição e interpretação dos cenários, foram selecionados três, dois dos cenários iniciais (1 e 4), por apresentar os campos de força mais complementares e conflituosos entre as perspectivas rurais e urbanas de cada agente e de ambos em conjunto:

1. PERSPECTIVA RURAL DA COMUNIDADE (Cenário 1): de caráter mais rural, no qual os pontos positivos e os aspectos internos apontados pela comunidade são exaltados, relativos às fortalezas e oportunidades que Marapicu tem para permanecer como área rural;
2. PERSPECTIVA URBANA DOS GESTORES (Cenário 4): de caráter mais urbano, no qual os pontos negativos e os aspectos externos apontados pelos gestores são exaltados, relativos às fraquezas e ameaças que Marapicu tem frente ao crescimento urbano na região; e
3. PERSPECTIVA RURAL-URBANA DA COMUNIDADE E DOS GESTORES (Cenário 9): de caráter rural-urbano, no qual tanto os pontos positivos e aspectos internos quanto os pontos negativos e externos são apontados e exaltados por ambos os agentes, relativos às fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças, de forma que a permanência de Marapicu como área rural e sua coexistência como área urbana seja possível, integrado com ambas as áreas.

A construção de cenários permitiu o fechamento da pesquisa, em relação ao desafio de mostrar como seria possível distintas leituras de um mesmo território que apresentava uma riqueza de relações e interações entre as questões rurais e urbanas. A seleção dos três cenários mais representativos contribuiu para o exercício de uma leitura unilateral e rica ao

mesmo tempo de aspectos singulares de rural ou de urbano por um lado. Por outro lado, possibilitou o exercício de se conciliar a coexistência de ambos os aspectos no território, sem que as singularidades de cada um fossem excluídas e, sim, reconhecidas em suas características próprias, como ocorre na realidade, sob o ponto de vista do território contemporâneo. Buscou-se caracterizar a interface rural-urbana como transversal aos três cenários descritos, podendo ser reconhecida em contexto urbano, rural e também rural-urbano, independente das fragmentações físicas estanques no território.

CENÁRIOS POSSÍVEIS DA INTERFACE RURAL-URBANA

A descrição dos cenários possíveis da interface rural-urbana no território do Assentamento Marapicu associa algumas questões mais significativas apontadas nas perspectivas dos agentes com alguns tipos de categorias territoriais. Os três cenários mais representativos dos focos de entendimento sobre a realidade sócio-espacial analisada serão descritos, com o objetivo de destacar os conflitos e os tensionamentos entre rural e urbano no território, a fim de compreender e caracterizar a interface rural-urbana do Assentamento.

Para tanto, foram descritas as perspectivas dos agentes (comunidade e gestores públicos) e criadas as categorias territoriais na pesquisa, as quais serviram como base na descrição dos cenários. Ao todo, as perspectivas foram sistematizadas em 25 palavras-chave, as quais foram organizadas utilizando-se um Gráfico FOFA com dois eixos de polaridades: pontos negativos-positivos e os aspectos internos-externos, conforme mostra a figura 5.

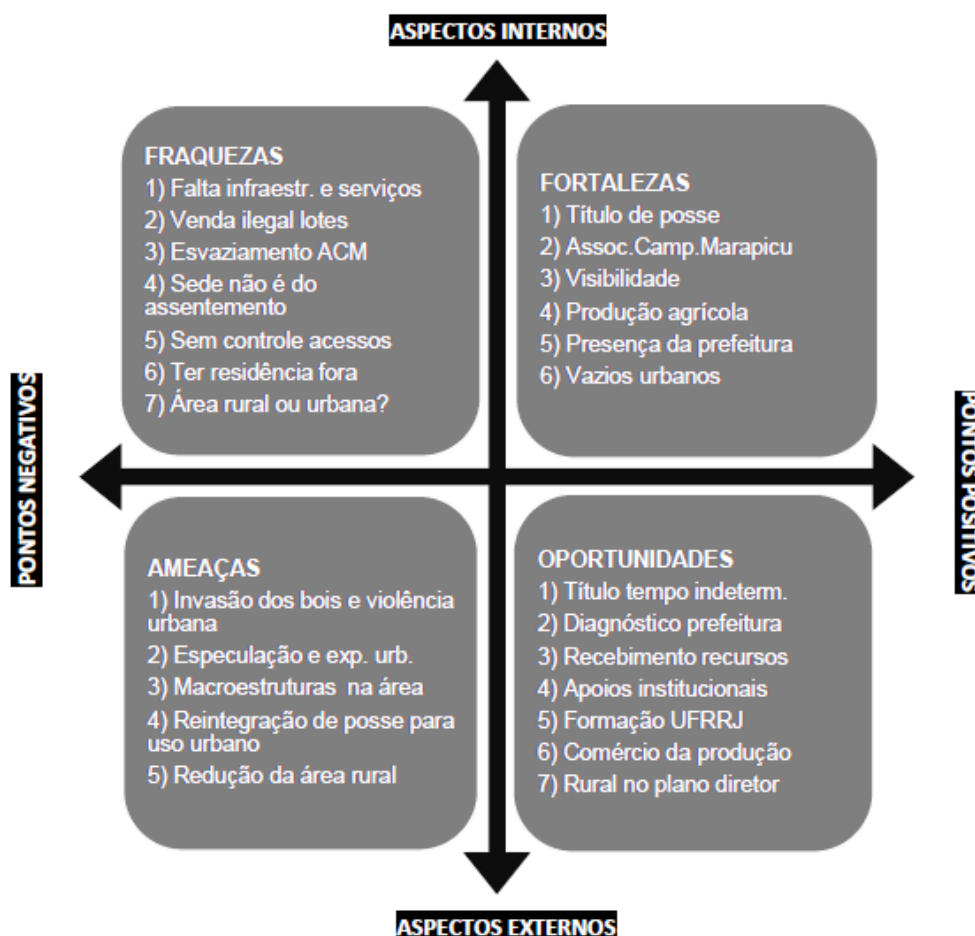


Figura 5 - Gráfico FOFA das palavras-chave das perspectivas de ambos os agentes.

Ao final, as palavras-chave presentes na figura 5, relacionadas às Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, foram desenvolvidas e analisadas. Posteriormente, foram novamente sistematizadas e reduzidas em oito palavras-síntese representativas das contradições, tensões, conflitos e receios apontados pelos agentes: (i) Título, (ii) Prefeitura, (iii) Associação Camponesa de Marapicu (ACM)⁷; (iv) Produção, (v) Visibilidade, (vi) Violência, (vii) Área rural e (viii) Expansão urbana.

A Prefeitura, por exemplo, foi associada como ponto positivo por ser uma fortaleza para os agentes, no sentido de estar presente nas atuais reuniões da ACM, e também por estar desenvolvendo o diagnóstico da área, o qual se torna uma oportunidade de regularizar todos os lotes, incluindo novas famílias e ampliando o grupo. Como ponto negativo, a Prefeitura foi associada a uma ameaça, devido à possibilidade desse ente público realizar uma reintegração de posse dos lotes vendidos, por ser a proprietária legal da área⁸, bem como transformar parte da área em área urbana para fins de habitação social, reduzindo o grupo e a área do Assentamento.

No que tange às categorias territoriais, as oito palavras-sínteses foram associadas aos três tipos de elementos territoriais e aos quatro tipos de atributos formando os doze tipos de categorias territoriais da interface rural-urbana do Assentamento, conforme apresentados anteriormente. A palavra-síntese Produção, por exemplo, foi associada ao elemento Linha, relacionada aos eixos de circulação viária que fazem o escoamento da produção agrícola do Assentamento tanto em áreas rurais quanto urbanas, assim como os infraestrutura de serviços que fazem o abastecimento de luz e água. Enquanto elemento Área, a Produção também foi associada a um recorte territorial específico dentro de cada lote familiar do Assentamento e, enquanto elemento Ponto, foi associada aos locais às feiras urbanas de Nova Iguaçu (Feira da Roça) e da Capital (Feira da Reforma Agrária)⁹. Esses exemplos não se esgotaram somente nas palavras-sínteses apresentadas, pois o importante foi destacar os elementos territoriais e seus atributos associados às perspectivas dos agentes-chave no estudo de caso específico.

Além disso, buscou-se uma melhor representação da abordagem interescalar do espaço geográfico e suas relações entre rural e urbano através de diagramas temáticos em três escalas territoriais: (i) Escala metropolitana: limitada pelo contexto territorial macro da pesquisa, voltado à inserção geral do Assentamento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ); (ii) Escala urbana: limitada à região de inserção do Assentamento no município de Nova Iguaçu, na Unidade Regional de Gestão (URG) Cabuçu¹⁰; e (iii) Escala interna: limitada à área do Assentamento e seu entorno imediato. A tabela 3 apresenta as relações entre as palavras-sínteses, os elementos territoriais e as escalas territoriais.

⁷ Organização sociopolítica interna das famílias assentadas.

⁸ Marapicu é juridicamente um Projeto de Assentamento Municipal, de responsabilidade do governo municipal, diferentemente da maioria dos demais assentamentos que são de responsabilidade do governo federal.

⁹ A Feira da Roça ocorre semanalmente em Nova Iguaçu e a Feira da Reforma Agrária anualmente na Capital.

¹⁰ Uma das regiões de planejamento e gestão prevista no atual Plano Diretor de Nova Iguaçu.

Tabela 3 - Palavras-sínteses e elementos territoriais da interface rural-urbana.

PALAVRA SÍNTESE	ELEMENTO TERRITORIAL		
	LINHA	ÁREA	PONTO
1) Título	Fronteira entre rural e urbano (Escala urbana)	Área Assentamento (Escala urbana)	Local de referência (Escala metropolitana)
2) Prefeitura		Conjunto de lotes irregulares (Escala interna)	Lotes irregulares (Escala interna)
3) ACM			Centro de convergência (Escala metropolitana)
4) Produção	Eixos de circulação e infraestrutura (Escala urbana)	Recorte territorial dentro do lote (Escala interna)	Locais de comércio - feiras urbanas (Escala metropolitana)
5) Visibilidade			Local de reconhecimento (Escala metropolitana)
6) Violência	Eixos de circulação do circuito do tráfico (Escala interna)	Lotes ao longo do circuito do tráfico (Escala interna)	
7) Área Rural		Assentamento rural (Escala urbana)	Referência de retorno no plano diretor (Escala metropolitana)
8) Expansão urbana	Eixos de macroestruturas (Escala metropolitana)	Loteamentos regulares e irregulares (Escala urbana)	

No que tange aos cenários possíveis para Marapicu, os doze tipos de categorias territoriais criadas serviram como um instrumento fundamental na construção dos diferentes cenários, em conjunto com as perspectivas dos agentes. A descrição de cada um dos três cenários mais representativos foi realizada com o destaque dos pontos mais relevantes apontados nas perspectivas de cada um dos agentes e em ambos, associados às categorias territoriais e representados nos diagramas conceituais nas três escalas de análise do território.

1 PERSPECTIVA RURAL DA COMUNIDADE

Na Perspectiva Rural da Comunidade, a permanência da área do Assentamento Marapicu como área rural foi enfatizada. Para construção desse cenário, partiu-se da premissa de que a comunidade correspondia ao agente que tinha um maior entendimento sobre os aspectos internos do Assentamento, sendo aquele que teria mais interesse que a área permanecesse rural. Isto porque esse agente vem, há três décadas, lutando, resistindo e persistindo como população rural, mesmo com o crescimento da expansão urbana no entorno da área do Assentamento e a retirada da área rural do Plano Diretor do Município durante onze anos, o que gerou inúmeros conflitos sociopolíticos e econômicos. A figura 6 representa este cenário através de imagens apresentadas nas perspectivas e de diagramas desenvolvidos para as categorias territoriais da interface rural-urbana na escala metropolitana e interna.



Comércio da produção



Articulação política



Área de Barreira (AB)
Marapicu/ assentamentos

Ponto de Conexão (PC)
Feiras capital e N. Iguaçú

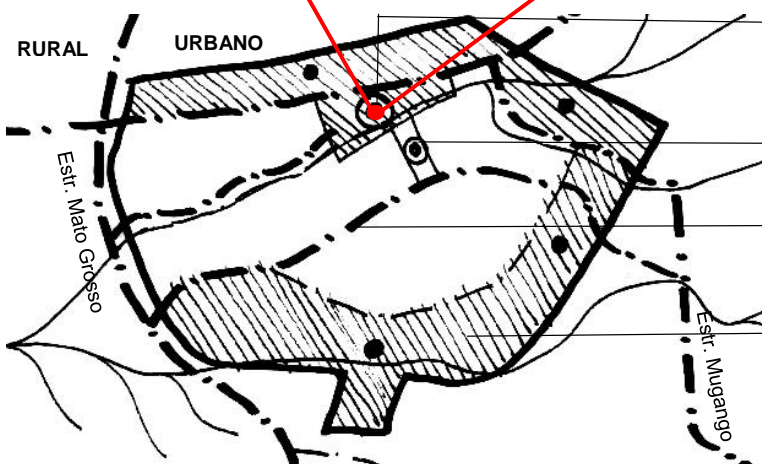
Linha de Conexão (LC)
BR-116 (eixos viários)



Futuras gerações



Escola rural



Ponto de Conexão (PC)
Sede assentamento

Área de Transformação (AT)
Área de produção

Linha de Conexão (LC)
Estradas internas

Área de Barreira (AB)
Lotes irregulares lindeiros

Figura 6 - Perspectiva Rural da Comunidade.

As possibilidades de continuidade e reconhecimento das áreas rurais neste cenário foram priorizadas como essenciais ao desenvolvimento local e regional. No que tange aos aspectos socioespaciais, considerou-se que tais áreas teriam delimitações físicas clara no espaço geográfico, expressa em políticas voltadas ao território e às legislações pertinentes, tais como a de planos diretores. Além disso, os mesmos recursos, serviços básicos e infraestrutura existentes e/ou previstos para as áreas e populações urbanas seriam igualmente previstos para as áreas e populações rurais, tanto na escala metropolitana quanto na escala municipal. A área do Assentamento, neste contexto, seria considerada uma das áreas rurais no município de Nova Iguaçu, reconhecida e garantida pela Prefeitura, que faria regularização fundiária de todos os lotes do Assentamento, direcionando os lotes irregulares para novas famílias de assentados da Reforma Agrária. Além disso, essa área seria valorizada como um ponto importante de conexão entre as áreas rurais e urbanas no território da URG Cabuçu, de Nova Iguaçu e da RMRJ.

Em relação às PERSPECTIVAS DOS AGENTES, a figura 6 mostra quatro das imagens associadas às questões mais destacadas: Comércio da produção, Articulação política, Futuras gerações e Escola rural.

O Comércio da produção diz respeito às palavras-sínteses de: produção e visibilidade. Ambas foram apontadas como a possibilidade do Assentamento ser como uma “ilha verde no meio do asfalto” (fala da presidente da ACM). O Assentamento se caracterizaria como um único espaço de produção e comércio em meio aos loteamentos urbanos vizinhos. Por consequência, a visibilidade do Assentamento seria ampliada no Município, tanto nos espaços rurais quanto urbanos, a exemplo das feiras urbanas de Nova Iguaçu e da Capital. Tais feiras são hoje os principais pontos de comercialização de produtos de assentamentos rurais no Estado, a partir das quais ocorrem encontros e trocas de informações entre as populações rurais e/ou urbanas, bem como são os principais espaços de reconhecimento das atividades rurais na área urbana. Essas feiras também fortalecem os aspectos políticos, socioeconômicos e ambientais que permeiam a agricultura familiar, característica dos assentamentos da Reforma Agrária. Os alimentos saudáveis sem agrotóxicos são produzidos com base na Agroecologia¹¹ e costumam ser os mais consumidos.

A Articulação política diz respeito a ACM, que passaria a ser fortalecida e a ter uma atuação mais presente nos espaços sociopolíticos internos (reuniões mensais e as reuniões dos movimentos sociais do campo) quanto externos (conselhos municipais, reuniões sobre o Plano Diretor e eventos relacionados à educação no campo). Isso porque haveria mais pessoas envolvidas na organização interna do Assentamento e, dessa forma, os espaços importantes de discussões e representatividade seriam mais preenchidos. Além disso, o crescimento do grupo também contribuiria para uma maior segurança interna, sobretudo no que tange a um maior controle de acesso de pessoas não desejadas, como algumas pessoas envolvidas com o tráfico local e com especulação imobiliária (situação atual).

As Futuras gerações e a Escola rural estão associadas aos jovens do Assentamento que passariam a ter uma melhor perspectiva futura, tanto junto a ACM quanto às instituições

¹¹ Refere-se ao estudo da agricultura desde uma perspectiva ecológica.

parceiras¹², as quais estariam contribuindo na formulação e aplicação de futuros projetos e programas que ampliariam as atividades de produção, comercialização e formação. Um exemplo existente que seria ampliado é o caso do Programa de Alimentação Escolar do Rio de Janeiro (PAE/RJ), que compra alimentos agroecológicos da agricultura familiar para as escolas. Tais programas fomentariam a criação de uma escola rural dentro do Assentamento, como já ocorre em outros assentamentos. Tais escolas seguem programas específicos e apropriados ao modo de vida e cultura rural, como, por exemplo, a Pedagogia da Alternância que mescla os períodos em regime de internato entre a escola e a casa.

Além destas questões, algumas palavras-síntese foram associadas a este cenário, tais como o Título e Prefeitura. O Título representa o instrumento legal para a posse e o uso real do Assentamento como um assentamento da Reforma Agrária, providenciado pela Prefeitura, por ser a responsável pelo Assentamento. Além da regularização fundiária dos lotes, a Prefeitura também teria como objetivo a qualificação da situação socioeconômica das famílias, por meio do desenvolvimento de programas voltados a integrar recursos para: produção agrícola e sua comercialização; moradia digna e infraestrutura; e qualidade ambiental nos lotes. Por meio da regularização fundiária, os lotes irregulares (vendidos e/ou trocados ilegalmente) sofreriam processos de reintegração de posse, passando a ser lotes vagos para novas famílias de assentados. A regularização fundiária auxiliaria a viabilizar o acesso aos programas voltados à agricultura familiar do INCRA ou outros, como o PAE/RJ, tanto do Município quanto do Estado. A Prefeitura, em conjunto com demais instituições parceiras, providenciaria os investimentos necessários de infraestrutura básica, habitação e serviços públicos para o Assentamento, associados a programas de produção alimentar e segurança pública. Isso viabilizaria o retorno das famílias que estão atualmente pernoitando fora da área do Assentamento.

Em relação às CATEGORIAS TERRITORIAIS, a figura 6 apresenta quatro tipos de interface rural-urbana em dois diagramas: Área de Barreira (AB), Ponto de Conexão (PC), Linha de Conexão (LC), Área de Transformação (AT) em diagramas na escala metropolitana (acima) e na escala interna (abaixo).

O diagrama acima, na escala metropolitana, representa os limites da RMRJ por meio de uma linha contínua larga e todos os centros dos municípios metropolitanos por meio de pontos. Os pontos destacados em vermelho, à esquerda, e, à direita, correspondem, respectivamente, ao centro de Nova Iguaçu e ao centro da Capital. Além disso, a atual mancha urbana metropolitana está hachurada no centro do território metropolitano, sendo visível que, apesar da maioria dos municípios considerarem quase 100% de sua área urbana, ainda há muita área rural de fato, a qual seria reconhecida e considerada como tal neste cenário. Nesta escala territorial, o Assentamento (ponto preto destacado) se caracterizaria como uma categoria territorial do tipo AB, pois, dentro do contexto da expansão do crescimento da mancha urbana metropolitana, a área do Assentamento seria uma área rural regularizada como tal, tornando-se um limite físico permanente para a expansão urbana da RMRJ. As feiras urbanas - Feira da Roça em Nova Iguaçu e Feira da Reforma Agrária na Capital, se caracterizariam como um tipo PC, pois fortaleceriam a relação interescalar entre as áreas

¹² Instituições de assistência técnica, organizações não governamentais e universidades voltadas aos mesmos propósitos das famílias assentadas em Marapicu.

rurais e urbanas no território metropolitano. Para tanto, a Rodovia Federal BR-116 se caracterizaria um tipo LC, pois também se fortaleceria como o principal eixo de deslocamento da produção agrícola entre Nova Iguaçu e a Capital.

O diagrama abaixo, na escala interna, representa a área do Assentamento (linha contínua larga) e seu entorno imediato (eixos viários – linha traço e ponto e eixos hídricos – linha contínua fina). Nesta escala, um dos lotes do Assentamento (ponto destacado em vermelho), que hoje corresponde à sede da fazenda e que não pertence ao Assentamento, lindeiro ao lote coletivo (ponto preto em destaque), se caracterizaria como uma categoria territorial da interface rural-urbana do tipo PC, pois passaria a integrar o conjunto de lotes e seria a sede do Assentamento, junto ao lote coletivo (ponto preto em destaque). Por estar situado estrategicamente no centro da área, a sede seria o principal local de troca, encontro e convergência de agentes que atuariam de forma mais frequente no Assentamento. A área do atual lote coletivo se caracterizaria como um tipo AT, pois se modificaria no sentido de não ser mais a localização da ACM e, sim, a área de atividades de produção, comercialização e abastecimento coletivo, associadas ao estudo e pesquisa sobre Agroecologia. Para tanto, as vias de circulação externas ao Assentamento seriam do tipo LC, pois fariam a conexão entre os fluxos de pessoas e mercadorias que circulariam de forma mais intensa na área, ligando a área rural, à esquerda, com a área urbana, à direita. Os atuais lotes irregulares (área hachurada) sobretudo os lotes lindeiros às áreas urbanas do entorno imediato (lotes de borda), se caracterizariam como tipo AB, pois seriam as principais áreas rurais com papel de fronteira às pressões da especulação imobiliária e teriam, para tanto, uma maior fiscalização da Prefeitura.

Nesta descrição desse cenário, portanto, o fortalecimento e a permanência da área do Assentamento como área rural contribuiriam com o reconhecimento da importância das áreas rurais em diferentes escalas de planejamento territorial. As delimitações entre a área rural e a área urbana seguiriam existindo, como já ocorrem atualmente. Porém, essas áreas seriam melhor assistidas por estarem incluídas dentro de uma gestão compartilhada entre as escalas de governo federal e municipal, considerando as categorias da interface rural-urbana como formas de diálogo e coexistências de questões urbanas e rurais no território. Além disso, esse cenário, por exemplo, provocaria a possibilidade de mais comercialização da produção rural, a partir da agricultura familiar, e também a discussão e o fomento dentro deste tipo de produção dentro de áreas urbanas apropriadas.

2 PERSPECTIVA URBANA DOS GESTORES

Na Perspectiva Urbana dos Gestores, a descaracterização da área do Assentamento Marapicu foi exaltada, como uma das áreas rurais do município de Nova Iguaçu a ser transformação em área urbana, dado o processo inevitável do crescimento urbano. Para construção deste cenário, considerou-se que os gestores públicos eram os agentes que tinham o maior entendimento sobre os aspectos externos e as situações atuais e previstas no planejamento territorial do Município e da RMRJ. Destaca-se que, desde o início da ocupação da terra, a disputa entre rural e urbano caracterizou a região da URG Cabuçu e que houve, ao longo de três décadas, um crescimento exponencial das áreas urbanas, principalmente devido aos programas habitacionais do Governo Federal, como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) na última década. A figura 7 representa este cenário através de imagens

apresentadas nas perspectivas e de um dos diagramas desenvolvidos para as categorias territoriais da interface rural-urbana na escala regional.

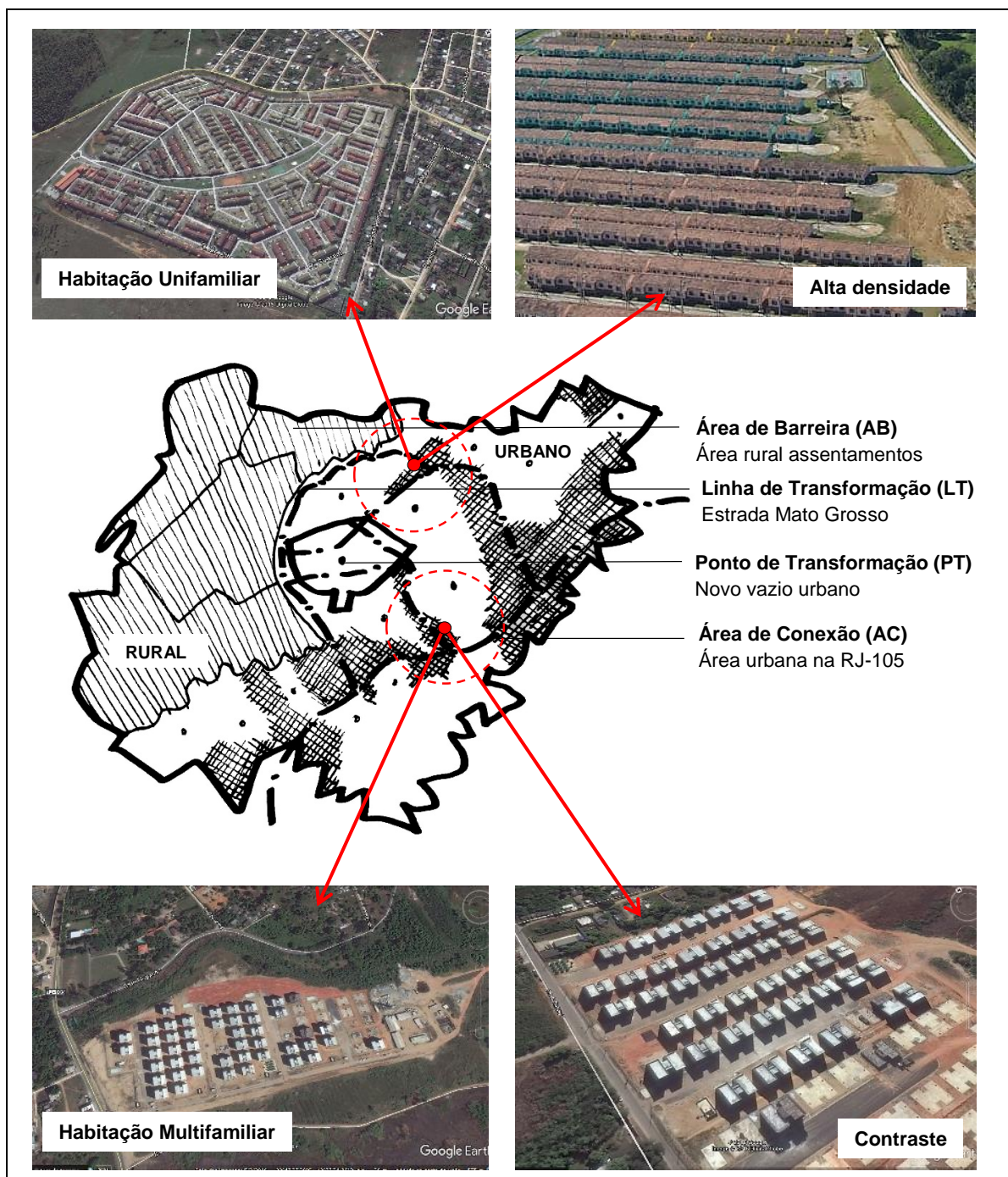


Figura 7 - Perspectiva Urbana dos Gestores Públicos.

A transformação da área do Assentamento em área urbana ocorreria devido as considerações do diagnóstico socioeconômico que a Prefeitura desenvolveu na área. Este diagnóstico determinaria, inicialmente, a reintegração de posse de quase a metade dos lotes do Assentamento que estão irregulares e foram vendidos a terceiros. Posteriormente esta reintegração de posse se ampliaria para os demais lotes, pois haveria um esvaziamento do grupo de famílias assentadas e, por isso, um aumento do enfraquecimento da comunidade.

Além disso, a precariedade da área em relação à infraestrutura e serviços, em conjunto com a baixa produção, justificaria essa reintegração de posse da área como um todo e a sua transformação em área urbana. Isso porque a Prefeitura também alegaria que deveria redirecionar a área como urbana, transformando-a em um vazio urbano voltado à demanda de habitação social existente na URG Cabuçu. Além disso, esta região é considerada como um eixo de crescimento urbano no atual Plano Diretor de Nova Iguaçu e também no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMRJ¹³.

Em relação à PERSPECTIVA DOS GESTORES, a figura 7 mostra quatro imagens associadas às questões mais apontadas: Habitação unifamiliar, Alta densidade, Habitação multifamiliar e Contraste. A Habitação unifamiliar e a Habitação multifamiliar dizem respeito ao padrão de uso e ocupação do solo, associado a uma densidade demográfica que vem crescendo constantemente em toda a região de Cabuçu e ao longo dos principais eixos viários da região, devido à expansão urbana constante. As habitações unifamiliares e multifamiliares, em maioria construídas através do PMCMV, voltadas a populações de baixa e média renda, por meio de inúmeros loteamentos urbanos residenciais que já estão sendo construídos ou já foram aprovados pela Prefeitura. A Alta densidade e o Contraste correspondem aos impactos socioespaciais que estes loteamentos têm gerado em relação às áreas rurais lindeiras, que se caracterizam como sítios de lazer e áreas de preservação ambiental, além dos assentamentos rurais. Esse padrão de uso e ocupação mais intensivo seria seguido na área do assentamento para que o tecido urbano próximo fosse contínuo.

Além destas questões, algumas palavras-síntese foram associadas a este cenário, tais como o Área rural e Expansão urbana. A Área rural diz respeito a sua redução progressiva e posterior retirada do Plano Diretor, transformando novamente o perímetro urbano do Município a ser corresponder aos limites do território municipal. A descaracterização e o enfraquecimento da comunidade do Assentamento contribuiriam a desarticulação do grupo nas políticas públicas urbanas como agentes atuantes e representativos das territorialidades rurais do Município. A produção agrícola no Assentamento, por consequência seria cada vez mais reduzida por falta de acesso a recursos, por não estar mais situada em área rural, o que deixaria as famílias sem alimento para subsistência. Isso as levaria a procurar novas atividades, no caso urbanas, para terem algum tipo de renda. A Expansão urbana diz respeito, por consequência, ao seu crescimento na URG Cabuçu, englobando a área do Assentamento, inclusive por meio da venda irregular dos lotes que aumentariam neste contexto socioeconômico. Como a maioria das famílias assentadas possui outra residência em loteamentos urbanos vizinhos¹⁴, as famílias acabariam vendendo seus lotes por meio da pressão da especulação imobiliária.

Em relação às CATEGORIAS TERRITORIAIS, a figura 7 apresenta quatro tipos de interface rural-urbana: Área de Barreira (AB), Linha de Transformação (LT), Ponto de Transformação (PT) e Área de Conexão (AC).

¹³ Plano desenvolvido desde 2014 pela Câmara Metropolitana da Secretaria Estadual do Governo do RJ, como um dos instrumentos de planejamento territorial na escala metropolitana (RIO DE JANEIRO, 2016).

¹⁴ As famílias passam o dia em seus lotes e a noite em outro local, devido à falta de segurança na área.

O diagrama, na escala urbana, destaca a ampliação da área urbana, à direita (área branca com loteamentos urbanos hachurados em xadrez), sobre a área rural, à esquerda (hachura linear), incluindo a área do Assentamento (destacada no centro da região). As principais vias de circulação (linhas traço e ponto) na região também são destacadas, ao longo das quais ocorre o crescimento dos loteamentos urbanos. A área rural, que corresponde nesta escala à área dos assentamentos de Campo Alegre¹⁵, se caracterizaria como uma categoria territorial do tipo AB, pois se tornaria um novo limite para o padrão de crescimento urbano da região. A Estrada do Mato Grosso, que contorna o lado esquerdo da área do Assentamento e faz fronteira com os demais assentamentos, se caracterizaria como um tipo LT, pois passaria a ser o novo perímetro urbano, mascando gradualmente o eixo de crescimento das futuras áreas de ocupação urbana. A área do Assentamento se tornaria um tipo PT, pois se transformaria na nova reserva fundiária urbana da Prefeitura e seria uma referência para o Município da modificação da área rural para urbana. Os loteamentos existentes na área urbana, situados à direita do Assentamento, se caracterizariam como um tipo AC, pois fariam a integração entre os vazios urbanos a serem ocupados com alta densidade e as áreas já consolidadas de média densidade.

Nesse cenário, o constante aumento do crescimento urbano inviabilizaria a presença do Assentamento como área rural no Município. A contraposição entre a área rural e urbana seguiria existindo, prevendo-se uma inevitável sobreposição das áreas urbanas sobre as áreas rurais, principalmente pelo fato de Nova Iguaçu ser um município metropolitano. Considerando que as categorias da interface rural-urbana teriam um papel de diálogo e coexistências de questões urbanas e rurais no território, estas, portanto, teriam características mais voltadas aos aspectos urbanos do território. Isso provocaria, por exemplo, a criação de redes de pequenas produções agrícolas familiares em bairros urbanos.

3 DESCRIÇÃO PERSPECTIVA RURAL-URBANA DA COMUNIDADE E DOS GESTORES

Na Perspectiva Rural-Urbana da Comunidade e dos Gestores, as coexistências entre as características rurais e urbanas na área do Assentamento foram ressaltadas, destacando os potenciais de crescimento em relação às questões rurais. A área do Assentamento permaneceria como uma área rural e também urbana, ou seja, uma área de interface rural-urbana, em meio a um entorno urbano e rural. Para a construção deste terceiro cenário, considerou-se que ambos os agentes exaltaram questões que iam além da dicotomia rural-urbana, reconhecendo a existência de categorias intermediárias no território. Para tanto, todos os programas, recursos, serviços e infraestrutura existentes ou previstos do Município teriam prioridades nas áreas urbanas e rurais. Além disso, as famílias assentadas desenvolveriam atividades complementares caracterizadas como urbanas (aposentadorias, trabalhos eventuais, formação de agricultores e vendas no comércio urbano) – o que já ocorre atualmente. A figura 8 representa este cenário através de imagens apresentadas nas perspectivas e de diagramas desenvolvidos para as categorias territoriais da interface rural-urbana na escala regional, como no cenário anterior.

¹⁵ Campo Alegre corresponde a um conjunto de assentamentos denominadas: Mato Grosso, Acampamento, Capoeirão, Chapadão, Terra Nova e Fazendinha. Marapicu pretendia a esse conjunto antes de sua regularização.

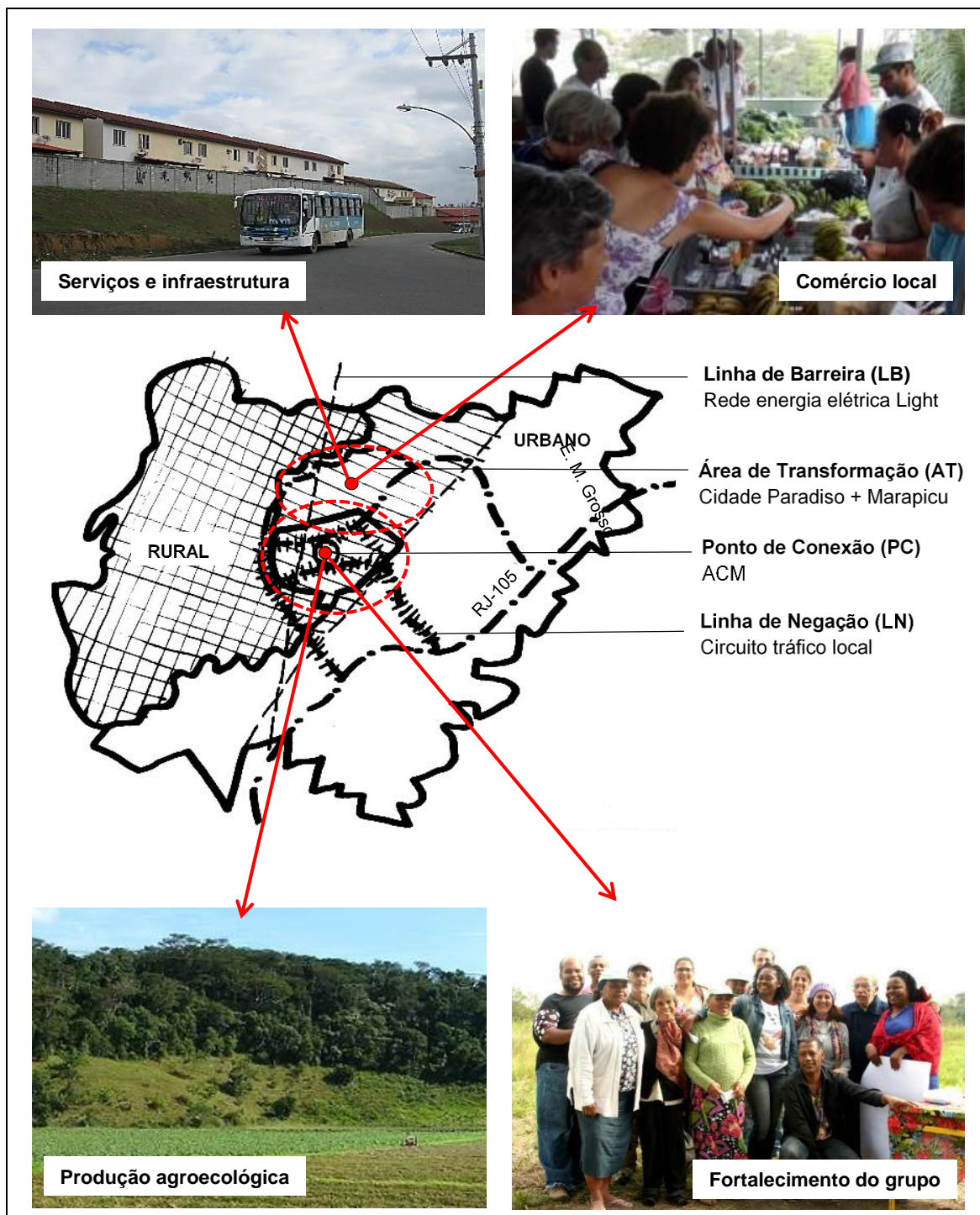


Figura 8 - Perspectiva Rural-Urbana da Comunidade e dos Gestores.

Em relação às PERSPECTIVAS DE AMBOS OS AGENTES, a figura 8 mostra quatro imagens associadas às questões mais apontadas s: Serviços e infraestrutura; Comércio local; Produção agroecológica; e Fortalecimento do grupo. Tais questões buscaram associar o olhar mais externo dos gestores em relação à realidade da área Assentamento, com destaque aos aspectos voltados a uma integração dessa área no contexto do território municipal como um todo, ao olhar mais interno da comunidade, com destaque aos aspectos voltados à melhor

qualidade de vida para as famílias assentadas relacionadas às questões mais profundas e diversas da sua própria realidade.

Os Serviços e infraestrutura (rurais e urbanos) dizem respeito às necessidades da comunidade sendo atendidas, pois a Prefeitura faria a regularização fundiária de todos os lotes do Assentamento, possibilitando aumentar o número de famílias assentadas, assim como no primeiro cenário. A Prefeitura retiraria as famílias ou proprietários irregulares que não estariam de acordo com os preceitos do Assentamento, por meio dos processos de reintegração de posse. Isso fortaleceria o grupo de famílias do Assentamento enquanto assentados da Reforma Agrária perante o INCRA, atuando de forma mais enfática em relação à cobrança de seus direitos e ao acesso a recursos públicos perante os órgãos responsáveis, no caso a Prefeitura e o INCRA.

O Comércio local e a Produção agroecológica dizem respeito à ampliação de locais para o comércio da produção agroecológica do Assentamento, pois haveria mais previsões e investimentos nas feiras urbanas dentro das áreas comuns de alguns dos loteamentos residenciais vizinhos. A produção agroecológica, com base na agricultura familiar, potencializaria a preservação dos recursos naturais e a difusão de uma alimentação mais saudável para as próprias famílias assentadas e para os seus respectivos consumidores.

O Fortalecimento do grupo, por consequência, diz respeito diretamente ao crescimento da participação de pessoas nas reuniões internas e externas da ACM. Esta organização das famílias teria um número de envolvidos em suas atividades administrativas, educacionais e produtivas. Os jovens não teriam mais que sair do Assentamento para procurar outras atividades de geração de renda e, sim, estariam buscando se aprimorar nos cursos de Educação do Campo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ)¹⁶, podendo trabalhar como produtores e/ou professores dentro do Assentamento ou em outros assentamentos próximos.

Além destas questões, algumas palavras-síntese, como Visibilidade e Violência, foram associadas a este cenário. A Visibilidade seria ampliada e a Violência reduzida, pois não haveria mais lotes vazios, o que contribuiria para uma maior segurança interna. Com isso, a circulação de pessoas indesejadas, como as envolvidas com o tráfico de drogas local das comunidades vizinhas que circulam dentro da área e promovem ações de violências, não existiria mais, pois haveria uma maior segurança interna. Outros agentes indesejados, como os especuladores imobiliários, também deixariam de pressionar as famílias para a venda de seus lotes, pois a caracterização da área como rural traria um novo padrão de uso e ocupação do solo que não corresponderia ao uso urbano de loteamentos, freando os processos de expansão urbana na região. As famílias assentadas morariam finalmente em seus lotes não mais teriam mais uma residência fora da área do Assentamento pois receberiam recursos apropriados as suas necessidades dentro da área, junto à produção familiar. Haveria também investimentos voltados à requalificação do solo para resolver as dificuldades relativas a seca e inundações

¹⁶ A UFRRJ tem hoje um curso de Licenciamento em Educação do Campo destinado a formar professores para atuarem nas escolas do campo, localizadas em assentamentos rurais da Reforma Agrária e outras áreas de produção agrícola familiar.

na região, aumentando a produção agrícola e, por consequência, a sua comercialização em diferentes locais.

Em relação às CATEGORIAS TERRITORIAIS, a figura 8 apresenta quatro tipos de interface rural-urbana: Área de Barreira (AB), Linha de Transformação (LT), Ponto de Transformação (PT) e Área de Conexão (AC).

O diagrama na escala urbana da URG Cabuçu destaca a área rural (hachurada em xadrez), à esquerda, e a área urbana (área branca), à direita. Entre ambas as áreas, o diagrama destaca um outro recorte territorial de formato triangular invertido (hachurado de forma linear), delimitado pelos eixos viário da Estrada do Mato Grosso, à esquerda da área do Assentamento, e por um dos eixos de circulação ferroviária desativado - a antiga linha férrea do Ramal Austin-Santa Cruz, à direita. As categorias territoriais deste cenário estão destacadas dentro ou transversais a esse recorte. O eixo da rede de linhas para a transmissão de energia elétrica de alta tensão da concessionária de energia elétrica do estado do RJ - Light (linha tracejada), que corta de sul à norte esse recorte e passa na parte esquerda da área do Assentamento, corresponderia a uma categoria territorial do tipo LB, pois impede o uso do solo, independente qualquer tipo de uso (rural ou urbano), ao longo de uma faixa paralela a linha da rede. A área do Assentamento e a área do loteamento vizinho - denominado Cidade Paradiso, ao norte do Assentamento - corresponderiam a um tipo AT, pois ambas as áreas apresentam conflitos de identificação entre ser área urbana ou rural até hoje¹⁷. Ambas estariam sendo caracterizada como área rural e urbana ao mesmo tempo. Entre tais áreas poderiam haver algumas trocas, tais como a ampliação dos serviços e da infraestrutura urbana do loteamento para a área do Assentamento, o que favoreceria a comercialização local da produção agrícola em novos locais dentro do loteamento. A ACM, situada no lote coletivo, no centro da área do Assentamento, poderia o lote coletivo, corresponderia a um tipo PC, pois consistiria em uma referência na região como um ponto de produção agroecológica coletiva rural. Como no primeiro cenário, este lote estaria integrado à atual sede da fazenda na área do Assentamento, onde as atividades coletivas e as reuniões se desenvolveriam com maior frequência, bem como haveria a disponibilidade de serviços básicos de saúde e educação. Cruzando as vias internas e também externas à área do Assentamento, o circuito do tráfico local existente seria do tipo LN, pois não deixaria de existir de certa forma, impedindo ainda algumas vezes a livre circulação de pessoas nessas vias, devido ao risco da violência urbana.

Neste cenário, a área rural continuaria existindo, porém mais relacionada aos assentamentos vizinhos de Campo Alegre, pois o Assentamento Marapicu seria caracterizada como uma área de interface rural-urbana que faria a conexão entre esses assentamentos e os loteamentos urbanos próximos. Nesse sentido, as áreas que apresentariam características rurais e urbanas seriam áreas de interface rural-urbana em um mesmo espaço, podendo ser permeada por elementos territoriais que as integrariam na escala urbana de Cabuçu. De um lado, os agricultores estariam produzindo em seus lotes e também comercializando e/ou trabalhando eventualmente em algumas atividades urbanas próximas. Por outro lado, os consumidores que morassem próximos ao Assentamento, teriam interesse em educação no

¹⁷ As duas áreas foram modificadas durante os processos de revisões do Plano Diretor, transformando-se ora em área rural e ora em área urbana. O loteamento da Cidade Paradiso foi transformado em urbana em 2008, mesmo contendo ainda uma grande parcela rural de fato (área de reflorestamento).

campo e poderiam participar de atividades de produção e formação sobre Agroecologia no Assentamento. Tais atividades promoveriam a convergência das questões urbanas e rurais entre os diferentes agentes que atuam nas áreas rurais e urbanas das diferentes escalas. Nesse sentido, o reconhecimento do Assentamento como uma área importante para o planejamento territorial da escala municipal e metropolitana reafirmaria a sua inserção nos planos diretores das escalas municipal e metropolitana.

A descrição dos três cenários buscou contribuir para a exacerbar alguns dos conflitos existentes entre rural e urbano no território do Assentamento Marapicu em diferentes escalas, polarizando, de certa forma as perspectivas dos dois grupos de agentes, como nos dois primeiros cenários. Mas também buscando um diálogo entre ambos, como no caso do terceiro cenário. A exploração reflexiva de diferentes cenários, suas relações e cruzamentos, abre novas possibilidades de representações das perspectivas de agentes e podem orientar cenários futuros que contemplam os diferentes interesses de forma equilibrada e explícita. Por meio desses cenários pôde-se gerar a sobreposição de resultados, muitas vezes contraditórios, porém com abertura para vislumbrar possíveis caminhos analíticos. A proposta foi a de entrelaçar as diferentes perspectivas para contribuir com soluções a serem esclarecidas, discutidas e construídas em conjunto, partindo do confronto entre as particularidades de cada interesse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta metodológica apresentada buscou desenvolver a aplicação de métodos voltados ao reconhecimento da interface rural-urbana, enquanto uma das formas de exemplificar as multiterritorialidade existentes no território contemporâneo, ainda pouco discutidas na área de Planejamento Urbano e Regional. As áreas estabelecidas como rural ainda são pouco estudadas por arquitetos urbanistas, o que provoca a necessidade de trabalhos de cunho interdisciplinares no que tange ao planejamento territorial. A inserção da perspectiva dos atores sociais do campo como novos agentes integrados nos processos de revisões de planos diretores podem contribuir para a inserção das múltiplas facetas do território, pois são estes os coprodutores e intérpretes de sua própria realidade sócio-espacial. A metodologia serviu como um exercício de representar outras noções de território como espaço relativo, através das categorias de análise da interface rural-urbana aplicadas na representação dos cenários construídos. A partir do conceito de interface rural-urbana foi possível compreender, analisar e aplicar na pesquisa os aspectos coexistentes de rural e urbano no espaço geográfico, sem excluir necessariamente suas singularidades.

Os três métodos apresentados contribuíram para a (re)valorização do rural e suas interações com o urbano como uma das facetas do território contemporâneo. As perspectivas dos agentes representaram uma escuta sobre as questões rurais e/ou urbanas que impactam o território do Assentamento Marapicu. As categorias territoriais da interface rural-urbana possibilitaram o deslocamento do olhar sobre um mesmo território, sendo possível enxergar e interpretar as diferentes territorialidades mencionadas nas perspectivas. Ambos os métodos foram chave para ampliar o entendimento das dinâmicas territoriais, enquanto um exercício metodológico que buscou organizar a leitura do território analisado, auxiliando para a aplicação do conceito de interface rural-urbana no território do estudo de caso específico e

também em outros estudos correlatos. A construção dos cenários, por fim, resumiu, de certa forma, as possibilidades de leituras futuras desse território, as quais podem ser utilizadas, tanto para o controlar quanto para estruturar melhor o território.

A proposta dos cenários possíveis, a partir das perspectivas dos agentes e das categorias territoriais, é de utilizá-los para a abertura da discussão sobre as distintas perspectivas, interesses e desejos dos agentes e, não, a de escolher um cenário ideal ou um cenário integral que contemple soluções. A existência de cenários, no plural, pode contribuir para que os processos de tomada de decisão, na gestão e no planejamento do território, se tornem mais democráticos e integrados aos aspectos rurais e rural-urbano, por meio de novas abordagens e métodos voltados ao diálogo sobre as questões existentes entre o territorial e o rural, para além da fragmentação territorial e conceitual de rural e urbano.

REFERÊNCIAS

- BRYANT, Christopher Rex; RUSSWURM, Lorne H.; MCLELLAN, A. G. *The City's Countryside: Land and its Management in the Rural-Urban Fringe*. Londres e Nova Iorque: Longman, 1982.
- CATAIA, Márcio Antônio. Fronteiras: territórios em conflitos. *Revista Geografia em Questão*, Curitiba, v. 3, nº 1, 2010.
- HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henry. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- PRUDENTE, Letícia Thurmann. *Interface Rural-Urbana: contribuições para o planejamento territorial no Brasil - caso do Assentamento Rural Marapicu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, Porto Alegre: UFRGS, 2017.
- PRYOR, Robin J. *Defining the Rural-Urban Fringe. Social Forces*, Carolina do Norte, vol. 47, nº 2, 1969.
- MIRANDA, Livia Izabel. *Planejamento e produção do espaço em áreas de transição rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife*. Tese de doutorado, Recife: UFPE, 2008.
- NOVA IGUAÇU. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº4.092, de 28 de julho de 2011**. Institui o Plano Diretor Participativo e o Sistema de Gestão Integrada e Participativa da Cidade de Nova Iguaçu, nos termos do artigo 182º da Constituição Federal, do Capítulo III da Lei nº10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade e do Art. Nº14, § 3º da Lei Orgânica da Cidade de Nova Iguaçu.
- _____. **Lei complementar nº006, de 12 de dezembro de 1997**. “Revisa o Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu e dá outras providências”.

RANDOLPH, Rainer. **A Utopia burguesa ou revolução urbana? Transformações da organização territorial e novas formas urbanas em áreas perimetropolitanas do Rio de Janeiro.** In: Anais do IX Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Salvador: 2005.

REYES, Paulo Belo. **Projeto por Cenários: o território em foco.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Governo. Grupo Executivo de Gestão Metropolitana. Modelar MetrÓpole. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDDUI).** Rio de Janeiro, 2016a.